

PROJETO DE LEI Nº 221, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº. 3.876, de 15 de maio de 2013, que cria função e estabelece adicional de função a ser pago ao servidor da Secretaria Municipal da Saúde que desempenhe as atribuições de coordenação de atenção básica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº. 3.876, de 15 de maio de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2014.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 21 de novembro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 221, de 21 de novembro de 2013, que “Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº. 3.876, de 15 de maio de 2013, que cria função e estabelece adicional de função a ser pago a servidor da Secretaria Municipal da Saúde que desempenhe as atribuições de coordenação de atenção básica e dá outras providências.”

O presente projeto de Lei visa possibilitar a convocação de servidores municipais para exercerem suas atividades em regime de dedicação de tempo integral, mediante a retribuição pecuniária, sob a forma de adicional de função.

Cumpre esclarecer, que tal adicional de função é concedido pela Administração Municipal desde 2005, através da Lei nº 2.138, objetivando principalmente reduzir as despesas com horas extraordinárias.

Justifica-se a presente alteração, pois que se conseguindo adequar a folha de pagamento ao patamar inferior ao solicitado pelo Tribunal de Contas, será possível a implementação do Plano de Carreira dos servidores, objetivo este tão almejado pelos servidores.

Importante esclarecer que existe previsão orçamentária para suportar a despesa com esta lei, eis que continuará havendo significativa redução de gastos, e pelo fato do presente projeto de lei estabelecer que a vigência será, até o final do exercício de 2014, ou seja, por período inferior a dois anos, ficando dispensado o estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Salienta-se que, em conformidade com o art.17, da Lei de responsabilidade fiscal, torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário-financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 02 (dois) anos.

Sendo assim e contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal